

FLÁVIA
OLIVEIRA



oglobo.globo.com/opiniao
fio.coluna@gmail.com



Bolsa Família do Brasil

É bem-vinda a renúncia do capitão reformado Jair Bolsonaro e de seu modelo econômico liberal ao Bolsa Família, programa de transferência de renda tornado patrimônio do Estado brasileiro, não de partidos ou grupo político. No inventário dos primeiros cem dias de governo, o presidente da República anunciou o pagamento de uma décima terceira parcela do benefício, que vai despejar R\$ 2,58 bilhões na conta de 14,1 milhões de famílias em dezembro próximo. Reconheceu, assim, a importância social e econômica de uma política pública gestada em duas décadas e meia pela sociedade civil e por autoridades federais, com maior ou menor intensidade.

Foi em 1993 que o sociólogo Herbert de Souza, o saudoso Betinho, instou o país a debelar a pobreza extrema via Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. A mobilização deu no lançamento, no primeiro governo do petista Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, do Fome Zero. Era o embrião do Bolsa Família, versão mais bem acabada e multiplicada de um conjunto de programas sociais oriundos da gestão tucana de Fernando Henrique Cardoso, à frente o Bolsa Escola.

Nos anos de crescimento econômico, recuperação do emprego formal e ganho real do salário mínimo, a política de transferência de renda focalizada nos mais pobres fez as Nações Unidas retirarem o Brasil do Mapa da Fome em 2014. É título para quem consegue reduzir a menos de 5% a proporção da população cujo consumo diário de alimentos é insuficiente para suprir as recomendações calóricas.

A partir daí, a recessão aguda que atendeu a economia no biênio 2015-16 empurrou o país para o caminho de volta à vulnerabilidade. Em fins do ano passado, o IBGE revelou que o contingente de brasileiros com renda inferior a US\$ 1,90 (cerca de R\$ 140 à época) passou a 7,4% dos habitantes em 2017. Em um ano, o total de miseráveis saltou de 13,5 milhões para 15,2 milhões de pessoas. É como se a população inteira de Curitiba tivesse cruzado a linha da pobreza aguda em 12 meses.

Numa economia que ainda patina, com atividade fraca, desemprego altíssimo, informalidade galopante e renda instável, o incremento no Bolsa Família é mais que necessário. O programa é o colchão que amortece a fragilidade, sobretudo, de mulheres, negros, crianças e nordestinos. Nas contas do economista **Marcelo Neri**, da **FGV Social**, nenhuma outra política nacional é tão eficiente em alcançar os pobres. Numa escala de focalização que vai de -1 a +1, na qual um extremo representa os miseráveis e outro, os mais ricos, o Bolsa Família

equivale a -0,63 — próximo, portanto, dos mais pobres. Para efeito de comparação, a Previdência é +0,52, a direção dos ricos.

O décimo terceiro do Bolsa Família equivale a uma correção de 8,33%. Significa que, fosse adicionado ao benefício mensal ao longo do ano, em vez de ser pago de uma só vez, em dezembro, aumentaria em R\$ 15,52 o repasse médio de R\$ 186,23 aos 14,1 milhões de famílias atendidas pelo Ministério da Cidadania. Descontada a inflação, representaria ganho real de 3,5%. Na pesquisa Salariômetro, em que a Fipe acompanha acordos salariais país a fora, ficou em 0,4% o ganho mediano dos trabalhadores acima do INPC, a inflação dos pobres, referência nas negociações sindicais.

Quando pingar na conta dos brasileiros, a parcela adicional do Bolsa Família provocará alívio imediato: renda em dobro concentrada num mês. Os efeitos na economia, principalmente nas pequenas e médias cidades das regiões mais pobres, também serão evidentes. Na Bahia, por exemplo, 1,8 milhão de famílias

recebem o benefício; é mais gente que em São Paulo (1,5 milhão), estado que tem população total três vezes maior. No Rio, o benefício alcança 883 mil lares, com repasse de R\$ 160 milhões neste abril. Neri estima que cada real desembolsado impulsiona o PIB em R\$ 1,78: “É dinheiro que faz a roda da economia girar”.

Do ponto de vista fiscal, o governo Bolsonaro foi perspicaz em preferir o décimo terceiro ao reajuste. Corrigir o repasse mensal implicaria elevar também a linha de pobreza que habilita os brasileiros ao programa. Hoje, estão aptas famílias com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 89. A correção do benefício elevaria a linha de extrema pobreza para algo próximo a R\$ 96. Assim, mais gente poderia entrar no programa. Sem a correção, o governo controla — no precário, logicamente — a quantidade de beneficiários e, com isso, o valor do desembolso adicional. Música para os ouvidos de uma equipe econômica assentada no lema da mão livre do mercado.



ADRE
MEAO